



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No décimo sétimo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador José Dinelly. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Mauro Freitas aludiu à reportagem publicada no jornal Diário do Pará, no domingo anterior, mostrando que somente nas capitais brasileiras onde havia desoneração e subsídio às empresas concessionárias existia um serviço de transporte público de boa qualidade. Defendeu que os municípios da Região Metropolitana discutissem conjuntamente o problema do transporte público, inclusive a desoneração e o subsídio à atividade, pois são atendidos pelo mesmo sistema, que não é sustentável apenas pela tarifa cobrada aos usuários. Notificou ter apresentado um requerimento solicitando a inclusão nos Anais da Casa da matéria jornalística citada anteriormente. Agradeceu a aprovação da realização de uma sessão especial, solicitada em requerimento de sua autoria, para discutir a desoneração e o subsídio ao transporte público em Belém. Em aparte, manifestou-se o vereador Émerson Sampaio. Igor Andrade disse ter lido integralmente a matéria sobre transporte público publicada no jornal Diário do Pará no último domingo. Reconheceu tratar-se de um tema abrangente e essencial para a cidade, lembrando ter sido aprovada, por sua iniciativa, a criação de uma comissão parlamentar na CMB para acompanhar as discussões e tratativas dos órgãos envolvidos na gestão do transporte em nosso município. Este parlamento teria a incumbência de discutir um projeto do Executivo Municipal, que logo seria enviado a esta Casa, estabelecendo a isenção total do pagamento do Imposto Sobre Serviços – ISS às empresas concessionárias do transporte público, revelou. Ademais, segundo o projeto, a PMB passaria a arcar com a taxa de gerenciamento, atualmente custeada pelas empresas. Além disso, continuou, o governo estadual estudava a possibilidade de isentar as empresas de ônibus do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS relativo ao óleo diesel consumido na atividade. Presentemente, ressaltou, apenas os usuários sustentavam o sistema de transporte público em nossa cidade, destacando que os custos envolvidos aumentaram muito nos últimos dois anos. O sistema de transporte somente melhorou em outras capitais brasileiras quando houve subsídio ao seu funcionamento por parte do poder público, constatou. Em aparte, manifestou-se o vereador Roni Gás. Durante o último pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Amaury da APPD. O vereador Émerson Sampaio justificou posteriormente a ausência do vereador Miguel Rodrigues nesta sessão devido a um problema de saúde. O presidente informou então que a justificativa deveria ser feita formalmente pelo gabinete do vereador junto à Diretoria Legislativa desta Casa. Roni Gás questionou se, caso houvesse subsídio ao transporte público, as melhorias nos sistema realmente ocorreriam, beneficiando a população. Durante décadas, recordou, os empresários sempre afirmaram, ao pleitear aumento na tarifa, que renovariam a frota, melhorariam o atendimento e aumentariam o número de ônibus em circulação, mas isso nunca aconteceu. Após a última majoração no valor da passagem, nada mudou, pois os ônibus continuavam escassos e circulavam em condições precárias, sujos e sucateados, observou. O recurso público cedido aos empresários do transporte faltaria para investimentos em saúde pública, saneamento e educação, apontou. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do PSDB, Mauro Freitas explicou que desonerar significa isentar do pagamento de impostos e da taxa de manutenção do sistema a atividade do transporte. Subsidiar, por outro lado, é ajudar com recursos públicos a prestação do serviço. O subsídio e a desoneração ao transporte público ocorrem em todo Brasil, nas cidades em que o sistema funciona satisfatoriamente, sobrelevou. Este parlamento já atuara pela melhoria do transporte em nossa capital, aprovando a licitação do sistema de transporte público por ônibus, criando o sistema cicloviário de Belém e estabelecendo as regras para o funcionamento do transporte complementar, lembrou. Defendeu o subsídio e a

desoneração ao serviço de transporte público, com a realização da licitação, estabelecendo-se contratualmente que esses recursos fossem aplicados na alimentação do sistema e na renovação da frota, fazendo-se continuamente a fiscalização. Pela liderança do bloco DEM – Patriota – Cidadania, Matheus Cavalcante expôs que o transporte público é delegado à iniciativa privada porque nenhuma prefeitura do país tem capacidade de prestar o serviço, cabendo ao poder público fiscalizar se ele é efetuado da forma correta. A licitação do sistema deve ser realizada para dar segurança jurídica, estabelecendo regras claras e permitindo às empresas fazer investimentos na atividade, ponderou. Também é essencial para a melhoria do sistema de transporte a finalização do BRT, criando uma malha viária eficiente, dando maior fluidez à mobilidade urbana, aditou. Em inúmeras capitais existe a desoneração das empresas concessionárias do transporte público, reiterou. Sugeriu a convocação do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belém – Setransbel a este parlamento, trazendo a planilha de custos das empresas ao conhecimento dos vereadores, e também da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – Semob, fazendo-se o debate sobre o transporte público. Propôs o estabelecimento de um sistema de transporte multimodal, integrando o transporte por ônibus com o hidrovitário. Falando posteriormente pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante mencionou ser comemorado nesta data o Dia Internacional de Combate à LGBTQIfobia. A LGBTQIfobia, explicou, é o ódio à orientação sexual de uma pessoa. Muitas pessoas, cerca de 10% da população brasileira, desenvolvem a homoafetividade, identificando-se como pertencentes ao segmento LGBTQI, inteirou, e desse total 92% relatavam ter sofrido algum tipo de abuso ou violência por conta de sua orientação sexual. Em nosso país, essas pessoas correm o risco de morrer, atestou, divulgando levantamento recente mostrando ser doze vezes mais provável uma pessoa LGBTQI ser agredida no Brasil devido à sua orientação sexual do que nos Estados Unidos. Pregou ser fundamental cada vez mais fomentar o respeito, sem promover a divisão e o ódio entre as pessoas em nossa sociedade, defendendo os que mais precisam do poder público. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro externou ter ficado feliz por participar, no dia anterior no Instituto Federal do Pará – IFPA, da audiência pública que discutiu o novo projeto para a Avenida Rômulo Maiorana, apresentado pela Secretaria Municipal de Urbanismo – Seurb. Na ocasião, manifestou-se favoravelmente ao projeto e apresentou a proposta, feita pelo Movimento de Luta Antimanicomial – MLA, de que o quarteirão situado entre a Travessa Perebebuí e a Avenida Dr. Freitas fosse chamado de Quarteirão da Liberdade em homenagem à luta antimanicomial e às centenas de pessoas internadas no antigo Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, que ali funcionava como uma casa de detenção para pessoas com transtorno mental. Comunicou depois ter apresentado neste dia um projeto de lei criando o Dia Municipal do Cooperativismo, esperando que tramitasse rapidamente nesta Casa e fosse logo discutido e aprovado. Mencionou também ser esta data o Dia Internacional do Combate à LGBTQIfobia, explicitando ser um dia de luta. Notificou haver em pauta um projeto de sua autoria, denominado Mais Trans Menos ISS, garantindo a empregabilidade às pessoas transexuais. Acrescentou ter apresentado recentemente um projeto criando a denominação Empresa Amiga da Mulher e Empresa Amiga dos LGBTs visando estimular a contratação de mulheres e de pessoas do segmento LGBTQI e que estas fossem tratadas de forma equânime. Não havendo mais lideranças inscritas, o presidente perguntou se alguma liderança que ainda não tivesse se pronunciado gostaria de usar da palavra. Não havendo manifestação neste sentido, o presidente Amaury da APPD encerrou a sessão, às nove horas e cinquenta e cinco minutos, convidando os parlamentares a participar da reunião das comissões técnicas desta Casa, a ser realizada na Sala VIP, anexa ao Salão Plenário. Justificaram suas ausências os vereadores Augusto Santos, Bieco, Bia Caminha, Enfermeira Nazaré Lima, Fábio Souza, Juá Belém, Miguel Rodrigues e Zeca Pirão. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante, Pastora Salete e Josias Higino, pelo bloco DEM – Patriota – Cidadania; Émerson Sampaio, Renan Normando, Roni Gás e Túlio Neves, pelo bloco PP – Podemos – Pros; John Wayne e Neném Albuquerque, pelo MDB; Goleiro Vinícius, pelo Republicanos; Livia Duarte e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Mauro Freitas e Moa Moras, pelo PSDB; Amaury da APPD, pelo PT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante; Pablo Farah, sem partido. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 17 de maio de 2022.

1ª Secretária

Presidente

2º Secretário